

Educomunicação e redes sociais: caminhos para cidadania em meio ao esgotamento do diálogo e à escalada de ódio¹

Douglas CALIXTO²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

O trabalho pretende discutir como a educomunicação pode oferecer caminhos para a cidadania nas redes sociais digitais. A partir de uma análise do cenário atual da web, entender como o crescimento do ódio, da intolerância e o esgotamento de diálogos sociais criam muros digitais que afastam jovens de uma abordagem mais cidadã das redes. Nesse sentido, para além de entender o funcionamento dessas plataformas na interface da comunicação/educação, o objetivo do trabalho é apresentar as redes sociais na perspectiva da comunicação humana e transformadora, capaz de reconhecer na alteridade um caminho possível para a cidadania.

Palavras-chave: educomunicação; redes sociais; discurso de ódio; cidadania; Facebook

1. Introdução

Entre crianças e adolescentes brasileiros com acesso à internet, 79% possuem perfis e interagem em redes sociais digitais, apontou pesquisa divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) em agosto de 2014. Já em 2015, estudo divulgado pela Secom (Secretaria da Comunicação Social) aponta a internet como o meio de comunicação que mais cresce entre os brasileiros. Pelo menos um quarto da população já acessa a rede diariamente, com uma intensidade média de 3h39 minutos por dia; o estudo indica também que já se passa mais tempo na internet do que na TV. Apenas no Facebook, cerca de 61,2 milhões de brasileiros tiveram perfis ativos em 2014, de acordo com dados oficiais.

Os números expressivos realçam a importância de entender essas tecnologias como um novo espaço social, capaz de redefinir relações. Pensar nas mudanças em trânsito na sociedade em função dessas tecnologias é um desafio recorrente para pesquisadores e profissionais da comunicação. No caso do presente artigo, o objetivo é direcionar o olhar às redes sociais digitais na perspectiva da interface da comunicação/educação. E, à luz da escalada de ódio e intolerância por meio dessas plataformas, discutir como a educomunicação emerge como caminho possível para a cidadania nesses espaços.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP, email: dcalixto@usp.br.

A proposta é discutir qual pode ser papel da educomunicação no conturbado cenário das redes sociais digitais. Reconhecendo a informação como um fator fundamental à educação e partindo do direito humano à comunicação – livre e plural -, pretende-se analisar a dinâmica política do algoritmo nas redes sociais digitais e como ela implica na interface da comunicação/educação. Com isso, sob o olhar da educomunicação, discutir possibilidades de promoção da cidadania em meio ao esgotamento do diálogo e ao crescimento de ódio e intolerância nas redes.

Não há pretensão aqui de apresentar fórmulas prontas ou resultados concretos. Partindo do pressuposto do período de transição em que vivemos, o artigo visa contribuir com reflexões e até provocações acerca dos caminhos para cidadania por meio da interface da comunicação/educação. Os capítulos que seguem apontam para a necessidade emergente de cada vez mais a sociedade se debruçar nessas questões.

2. Redes sociais e uma nova forma de estar com o mundo

Vivemos um momento histórico em que a comunicação assume papel central na produção e circulação do conhecimento e da informação. Afinal, com smartphones, aplicativos móveis, tablets e tanta outras possibilidades de conexão, estamos cada vez mais conectados à internet. O resultado imediato são novas formas de interação e relações sociais que se estabelecem sob a influência das tecnologias digitais, como indicam autores como Castells (1999) e Barbero (2005). Nessa perspectiva, as redes sociais digitais têm se tornado nos últimos anos um espaço de efervescência multicultural, pois deixaram de ser apenas instrumentos midiáticos. Passaram a desempenhar papel decisivo na percepção de realidade e da própria formação da consciência dos cidadãos. Como define Raquel Recuero (2013), essas tecnologias trouxeram novas formas de interação entre os atores sociais. Os laços sociais passaram a também ser construídos por interesses comuns e encontraram nos sites de rede social o seu lugar. Os reflexos, afirma Recuero, são alterações no convívio off-line com manifestações distintas de pessoas que se organizaram e se mobilizaram por meio das redes sociais.

Com o avanço de sites como Facebook e Twitter, por exemplo, cidadãos de diferentes idades, regiões e nacionalidades se reúnem em torno de um interesse comum, mesmo separados por inúmeras barreiras – geográficas, econômicas, sociais. A circulação de informação e conhecimento é rápida, dinâmica e interativa. Dessa forma, as redes sociais digitais se tornaram uma extensão da esfera pública, constituindo-se, pelo menos em tese,

como um lugar para o exercício da cidadania. Assim, olhá-las como um novo meio de comunicação, apenas com características distintas de outros meios, como rádio ou tv, por exemplo, pode ser um deslize perigoso. Essa costuma ser uma abordagem funcionalista da comunicação, focada nos resultados, na perspectiva de um detentor de poder no eixo emissor-receptor.

Analisar as redes sociais nesse contexto de mudanças significativas na sociedade implica entender esses aspectos. Além disso, compreender que essas tecnologias, mais que um meio de comunicação tradicional, estabelecem novos modos de ver, sentir e conhecer o mundo. Elas também reorientam práticas e reconfiguram as relações sociais padrões de sociabilidade. Como destaca Alex Primo (2007), o caminho que se abre com as tecnologias digitais são exatamente essas novas formas de ser, conhecer, comunicar e produzir em sociedade. Dentro desse cenário, o problema que surge é a forma como a sociedade está se apropriando dessas tecnologias. Que tipo de experiência a sociedade está desenvolvendo ao entrar em contato com Whats app, Facebook, Twitter, etc?

A pesquisa TIC Kids Online Brasil (CGI.br, 2012), que fez um mapeamento do uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil, faz um indicativo da complexidade dessa problemática. Os resultados apontaram para a presença cada vez mais ativa de jovens no ciberespaço, criando novas formas de expressão e identidade. Por outro lado, identificou que pais e responsáveis, muitas vezes, não se preocupam ou não acompanham como esses jovens têm se apoderado dessas tecnologias. Logo, muitos estão entrando em contato com as redes sociais sem qualquer tipo de orientação ou planejamento. Eis que surge um problema central: a utilização das redes sociais digitais pelo sentido instrumental, funcionalista, distanciado de planejamento humanizado e social. Em outros termos, os jovens entram em contato com a tecnologia como consumidores, sendo contagiados pela lógica de mercado – do individualismo e do consumo - para utilizar ferramentas sem ter uma perspectiva cidadã de inserção nas redes.

A presença expressiva dos jovens nas redes sociais não significa que eles tenham domínio pleno da dimensão cultural e social dentro ciberespaço e, conseqüentemente, suas implicações no “mundo real” seu amplo domínio de práticas culturais no ciberespaço e em rede, e de suas implicações para a vida social, inclusive a face-a-face, como destaca Tapscott (2010). De acordo com Viana e Ferraz de Mello (2013), embora sejam usuários tidos como mais rápidos e dinâmicos no das TIC’s por terem nascido na era da informática, esses jovens não têm, necessariamente, uma consciência crítica e abrangente dessas

tecnologias. Em uma sociedade em que comunicação tem papel central nas relações sociais, a consequência dessa abordagem funcionalista das redes sociais é o descompasso dos cidadãos com a realidade no qual eles estão inseridos.

Com o fluxo de informação cada vez maior, a segmentação de públicos cresce diariamente, fazendo com que um acontecimento na Ásia – compartilhado milhares de vezes – possa ser mais relevante que os problemas que acontecem ao redor desse cidadão – porém compartilhado poucas vezes na web. Sobre critérios de relevância e ameaça ao pensamento plural iremos tratar nos próximos capítulos. Para o momento, é importante entender como essa lógica vigente nas redes sociais vem aproximando as pessoas por associação, porém as distanciando da realidade local. Ora, essa é uma crítica frequente ao sistema de ensino: a incapacidade de articular a produção de conhecimento com a realidade local dos alunos. No livro *Educação como prática da liberdade* (1991), Paulo Freire argumenta que, se cidadão não estiver “no mundo e com o mundo”, a chance de alienação é grande. Com a configuração dos sites de rede social, o algoritmo e a teoria do filtro-bolha – esmiuçadas nos próximos capítulos –, cada vez mais os jovens são tirados de sua realidade, o que é preocupante visto o grande número de jovens inseridos na rede sem nenhum tipo de orientação.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas. (FREIRE, 1991, pg. 43).

Como dinamizar o mundo, dominar a realidade e humanizá-la a fim de superar a imobilidade – social e econômica – quando o cenário que se apresenta nas redes sociais é cada vez mais distante da realidade local? Para Freire, humanizar a realidade significa se tornar protagonista de sua própria história, buscando alternativas para superar a paralisia – que ele chama imobilidade. Pensando no número expressivo de jovens conectados à rede, o imbróglio entre o que é popular/relevante e uma abordagem que estimula e orienta os cidadãos a terem uma aproximação mais humana das redes tende a aumentar, principalmente com a lógica do filtro-bolha e algoritmo.

3. Os desafios do algoritmo e do filtro-bolha

Uma das questões fundamentais para entender a dinâmica das relações entre atores dentro das redes sociais digitais é a configuração dos algoritmos. Esta é uma ferramenta utilizada pelos principais sites e mecanismos de busca para determinar o que é ou não é relevante a ser apresentado ao usuário. Basta pensar que a produção e a circulação de conteúdo nas plataformas digitais são enormes, não sendo possível ver tudo o que se produz. O algoritmo funciona como ferramenta que irá filtrar o que será apresentado ao usuário. Facebook, Google e muitos outros portais trabalham sob essa dinâmica, estabelecendo o critério de relevância dentro da rede.

Eli Pariser (2011) sistematizou esse funcionamento do fluxo de informações na lógica do algoritmo. O pesquisador analisa como cada usuário da rede tem o seu perfil personificado de acordo com as suas preferências – ideológicas, econômicas e sociais -, afetando o tipo de conteúdo que ele interage. Por exemplo, o Google utiliza o histórico dos navegadores (Firefox ou Chrome, por exemplo) para determinar o conteúdo que será apresentado ao usuário. Como explica Pariser, se você se interessa por questões políticas, quando digitar Egito no Google terá como resultado principal da pesquisa questões ligadas à Primavera Árabe ou às questões de ordem econômica e social em torno do Norte da África e Oriente Médio. Se o interesse for por viagens e turismo, o resultado seria, por exemplo, onde ficam as pirâmides e os principais destinos para conhecer os paradisíacos destinos do país. O Facebook, por sua vez, determina o que será apresentado por meio dos critérios de interação dos usuários. Quanto mais vezes você curte, compartilha, comenta, etc o conteúdo de uma determinada pessoa ou de uma determinada página, mais vínculo você terá nessa interação e mais conteúdo dessa página ou pessoa na linha do tempo.

O efeito desse fenômeno de critérios e relevância sob dependência de um *gatekeeper* digital para o conteúdo ser mostrado aos usuários, Eli Pariser classifica como filtro-bolha. O pesquisador aponta que o conseqüente problema dessa situação é que, como as principais relações que se tem em rede são como pessoas de maior afinidade e de alinhamento ideológico, a tendência é um afastamento ao plural e ao diferente.

Atualmente, o filtro-bolha pode afetar a nossa habilidade para escolher como nós queremos viver. Para ser autores de nossa própria vida, argumenta o professor Yochai Benkler, você tem que estar atento à diversidade de opções e estilos de vida. Quando você introduz um filtro-bolha, você deixa que as empresas construam essas

opções. Você pode pensar que é o capitão de seu próprio destino, mas a personificação de perfis pode o levar para um caminho de determinismo informacional cujo o que você clicou no passado pode determinar o que você verá no futuro. Assim, o histórico dos navegadores o condenará a sempre repetir. Você pode ficar preso em uma versão estática de você mesmo, sempre estreitando-se em um interminável volta em si mesmo (PARISER, 2011, pg. 43. Tradução Livre)

Presos nessa volta em torno de si mesmo, a sociedade pode ver prejudicada uma visão plural e a diversificação da realidade. O risco que se corre é ter a informação cada vez mais concentrada, já que o filtro do que é e o que não é relevante ficará nas mãos das empresas de internet. Dentro do fenômeno de filtro-bolha, as pessoas tendem a compartilhar as mesmas opiniões, afastando de sua linha do tempo quem pensa de forma diferente. Quando surge algo distinto da sua forma de ver o mundo, a tendência também é buscar nos pares argumentos e alicerce para rechaçar imediatamente a opinião contrária. O efeito desse processo é o acirramento das posições políticas e ideológicas. Ora, quando meus interlocutores são em maioria pessoas que concordam comigo, seja lá o que eu disser, posso ir sempre além, radicalizando em minhas posições. Não importa se é progressista ou conservador: sempre terá alguém para aplaudir - ou melhor, curtir e compartilhar – minhas posições.

Os filtros existem há um longo tempo na sociedade em relação ao fluxo de informações. A diferença é que profissionais da comunicação e educação, regidos por princípios éticos e de formação deontológica, eram os responsáveis diretos por definir critérios de relevância. O que é ou não notícia, por exemplo, no caso de um jornalista. O que é ou não importante um aluno conhecer sobre um determinado objeto de estudo, no caso de um professor. Agora um algoritmo de computador é o responsável por determinar o que é e o que não é informação. Os resultados podem ser preocupantes.

4. Esgotamento do diálogo e a escalada do ódio

Nessa perspectiva de acirramento de posições políticas, o diálogo possível entre duas formas distintas de entender a realidade tende-se a esgotar. E o ódio entre essas partes cresce a partir do momento que não se reconhece na alteridade uma alternativa para mudança de realidade ou transformação social. Quando tratamos do conceito diálogo buscamos a referência de Paulo Freire, que afirma que esse processo é fruto do encontro entre cidadãos que, “mediatizados pelo mundo, o pronunciam e o transformam e, assim fazendo, humanizam o mundo para a humanização de todos” (Freire, 2002, p.43). Ou seja, não se entende diálogo como o ato de alguém falar para outro ouvir, pelo contrário, são os

atores sociais, protagonistas de suas experiências, trocando consciências e transformando a sua realidade.

Esse entendimento sobre o diálogo e a comunicação dialógica de Freire ofereceu caminhos para que a educação promovesse uma visão plural e diversificada de realidade. As redes sociais digitais, inseridas na lógica do filtro-bolha, comprometem a ampliação da visão plural de mundo, pois basicamente freiam as possibilidades de diálogo possível com o diferente. Esta é razão fundamental para se discutir essas configurações dos computadores que organizam esses novos espaços de relações sociais, como Facebook, Twitter, por exemplo. Como discute Citelli (2000) a linguagem e a comunicação buscam estabelecer na dialogicidade a condição para que os sujeitos sejam capazes de operar os códigos comuns ao universo de ambos. Não há, portanto, relação comunicativa entre os interlocutores se não há compreensão mútua em torno de um objeto comum. Logo, a dialogicidade ocupa um lugar central na linguagem e, a partir de uma perspectiva dialógica, a comunicação se faz humana e transformadora, capaz de reconhecer na alteridade um caminho possível para a cidadania. Esse entendimento é fundamental para se construir nas redes sociais uma alternativa ao modelo funcionalista de emissor-receptor, potencializada pelo filtro-bolha.

Como afirma Freire (1991) na perspectiva do diálogo, voltado para a responsabilidade social e política, os homens buscam alternativas mais profundas na interpretação dos problemas. Buscam “substituição de explicações mágicas por princípios causais. Pela prática do diálogo, e não da polêmica. Pela receptividade ao novo, não apenas porque novo, e pela não recusa ao velho, só porque velho, mas pela aceitação de ambos, enquanto válidos. Por se inclinar sempre a arguições” (Freire, 1991, p.85).

Bastam alguns minutos conectados ao Facebook, Whats app, entre outras plataformas para notar que as redes sociais estão repletas de explicações mágicas, polêmicas, antidiálogo e, sobretudo, aversão ao que é diferente. As seções de comentários dos maiores portais de internet do Brasil estão repletos de hostilidade e ódio a qualquer opinião que não agrade a visão de mundo de quem lê.

O Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic, 2013) da Universidade Federal de Vitória, inclusive, sistematizou esse fluxo de crescimento do ódio nas redes sociais digitais. Coordenador do projeto, Fábio Malini (2014) destaca que, para muitos grupos que interagem nas redes sociais, “a violência é a única mediadora das relações sociais, a paz só existe se a sociedade se armar e fizer justiça com as próprias

mãos, a obediência seria o valor supremo da democracia. [...] Qualquer ato que escape à ordem ou qualquer luta por direitos é lido como um desacato à sociedade disciplinada”.

Antropólogos, cientistas sociais e pesquisadores de diversas áreas têm procurado sistematizar e analisar o fenômeno do ódio e hostilidade nesses ambientes. O que parece claro é o cenário conturbado onde cada vez mais os jovens vem interagindo e convivendo. Esse é o desafio que emerge para quem trabalha com redes sociais digitais na perspectiva da interface da comunicação/educação.

5. Educomunicação como caminho possível

Com os problemas decorrentes do fenômeno chamado filtro-bolha, o crescimento do ódio e o esgotamento do diálogo, o desafio que se coloca é como pensar em alternativas para desenvolver ações para que os jovens superem esse modelo de comunicação a fim de encontrar caminhos para autonomia, expressão e cidadania na web. Em uma sociedade pouco plural, a tendência é a hostilidade ao diferente. Por outro lado, quanto mais visões e interpretações da realidade encontramos, mais nos encontramos com uma sociedade capaz de entender e conviver com o outro. A educomunicação é uma das áreas do conhecimento que melhor pode trabalhar nessa perspectiva, pois, como afirma Soares (2011), o pensamento educamunicativo pensa o desenvolvimento das tecnologias como uma mediação possível para ampliar diálogos sociais e educativos. “A educomunicação se apresenta como um caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude” (SOARES, 2011, pg. 24).

Espaços de expressão e diálogo social são peças chaves para pensar a ação comunicativa nas redes sociais digitais. Não há educação para cidadania e para liberdade nesses novos espaços, como Facebook e Whats app, se o desenvolvimento das ações não objetivar estimular processos de expressão e participação social, da relação entre sujeitos sociais a fim de transformação social. Para Ismar Soares, a educomunicação – entendida como área da prática social preocupada com a natureza dos ecossistemas comunicativos em que os sujeitos sociais estão inseridos, objetivando não apenas garantir o acesso aos recursos da informação, mas essencialmente facilitar que o domínio dos novos instrumentos esteja sintonizado com um projeto político que garanta o exercício universal do direito à expressão, no contexto de uma sociedade solidária que faça a cidadania prevalecer sobre o mercado (SOARES, 2011) - está intrinsecamente ligada ao conceito de ecossistema

comunicativo, pois este, segundo o autor, se dá pelo “conjunto de ações que permitem que educadores, comunicadores e outros agentes promovam e ampliem as relações de comunicação entre as pessoas que compõem a comunidade educativa”.

Pensando nesta gama de possibilidades comunicacionais oferecidas pela redes sociais digitais, pela lógica do compartilhamento e pela mediação cultural, Martín Barbero (2000) foi um dos primeiros latino-americanos a articular o conceito de ecossistema comunicativo. Na comunicação como eixo transversal, Martín-Barbero afirma que o ecossistema comunicativo se desenvolve no emaranhado de possibilidades de linguagens, atores, representações e formas de expressão. [...]“O que aparece como estratégico, mais que a intervenção dos meios, é a aparição de um ecossistema comunicativo que está se convertendo em algo tão vital como o ecossistema verde, ambiental” (MARTIN-BARBERO, 1999).

No artigo Concepção Dialógica e as NTIC, as pesquisadoras Ademilde Sartori e Maria Salete Soares defendem que, para desenvolver ações de cidadania na perspectiva do ecossistema comunicativo, é necessário pensar sobre descentralização de vozes, a dialogicidade e a interação (SARTORI & PRADO SOARES, 2010). As relações devem, portanto, buscar equilíbrio e harmonia em ambientes onde convivem diferentes atores. Não é apenas no mundo tecnológico que atua o ecossistema comunicativo, mas em todas as esferas da sociedade e a comunicação.

Logo, uma das contribuições conceituais da educomunicação para pensar em redes sociais digitais é entender a disposição dos recursos – seja ele perfis, grupos ou murais no Facebook, Twitter, Whats app, etc -, e da mediação entre os envolvidos no processo e nos objetivos educativos ali presentes como partes integrantes de um ecossistema comunicativo. Trabalhar a educomunicação na perspectiva de um ecossistema comunicativo implica em entender que os jovens não aceitam mais cumprir o papel de receptores – dentro de um modelo emissão-recepção -, pois eles desejam participar ativamente da construção do conhecimento junto aos professores. Os jovens, quando instruídos e mediados pela ação educacional, tendem a assumir responsabilidades e protagonista na transformação do espaço em que vivem, resultando na construção de uma sociedade mais solidária. Sobre a prática educacional e o seu poder transformador, afirma Citelli:

Trata-se, em última instância, de instaurar uma prática de busca e entendimento dos processos constituintes dos sentidos, algo comprometido com o encontro das estruturas significativas, sejam elas de puro deleite, prazer difuso provocador do

riso, sobriedade analítica ou mesmo a necessária resposta social que pede a participação e envolvimento transformadores. (CITELLI, 2004, p. 17)”.

Uma vez inseridos no ciberespaço, os jovens se alinham com lógica da troca e do compartilhamento, curtir, comentar, etc. Nesse processo, buscam se reconhecer dentro de um processo coletivo e afirmar sua identidade. Exemplo para isso é construção de perfil dentro das redes sociais: no Facebook, Twitter ou Google +, o indivíduo busca construir sua identidade para poder ser reconhecido, “[...] vibrar em comum, sentir em uníssono, experimentar coletivamente, tudo o que permite a cada um, movido pelo ideal comunitário, de sentir-se daqui e em casa neste mundo”. (MAFFESOLI, 2006, p.8).

Aparici e Osuna (2014) discutem exatamente a importância dos grupos sociais se reconhecerem dentro de um processo para desenvolver a sua autonomia e caminhos para promoção da cidadania, superando os muros digitais – como filtro-bolha, por exemplo – que podem segregar esses jovens. Destacam que, embora a internet facilite os cidadãos a terem acesso a todo tipo de informação e compartilhá-la, “produz-se o fenômeno da desinformação por supersaturação informativa, supondo um muro digital que deve ser superado para a construção coletiva do conhecimento” (pg. 319). Sobre o muro digital e os caminhos para cidadania dizem:

As enormes possibilidades de acesso à informação também podem construir muros entre as pessoas e o mundo dos significados e do conhecimento, se a cidadania não tiver as competências necessárias para acessar as fontes de informação, de modo crítico, e ser ao mesmo tempo criadora de conteúdos virtuais. Apesar das enormes possibilidades que os jovens têm na internet, muitos deles podem ficar excluídos se não se adaptarem ao ritmo das mudanças e adaptações constantes que caracterizam as tecnologias digitais colaborativas. A brecha digital não é só não ter acesso à rede, mas também não conseguir se adaptar às modalidades participativas que vão sendo desenhadas dinamicamente em sua arquitetura (APARICI & OSUNA, 2014, pg. 318).

Ação educacional deve trabalhar para facilitar essa abordagem dos jovens com essas tecnologias, de como destacado antes, de estar no mundo e com o mundo. Ou seja, pensar as redes sociais como estrutura de diálogo social e entendimento do coletivo sobressaindo-se sobre o individual.

A presença ativa de jovens no ciberespaço, desenvolvendo e construindo de forma coletiva e em comunhão com os recursos tecnológicos, abre caminhos para que a educação possa desenvolver ações que sejam um contraponto contundente para o crescimento do ódio e da intolerância nas redes sociais digitais. Como todo fenômeno recente, ainda se carece de exemplo práticos dessa abordagem. Porém, essas reflexões vão

para além das tecnologias e de suas utilizações e visam construir alternativas para a Web 2.0, 3.0 ou qualquer que seja o aparato tecnológico em que se faz educomunicação.

6. Considerações Finais

Nos últimos anos, cresce de forma estrondosa as pesquisas de mercado e consumo nas redes sociais na internet. Empresários e especialistas em gestão na internet dominam ferramentas capazes de mapear tendências, grupos sociais e as formas de se relacionar na internet. Estudos neste sentido partem de uma visão instrumental da internet, estritamente ligada ao mercado financeiro. Com isso, o uso das tecnologias acaba em algumas circunstâncias saindo do controle de seus criadores, ultrapassando o próprio homem, sufocando-o, subordinando-o sob a forma de ideologias. (PRIMO, 2007). Em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, é preciso o trabalho incansável para superar esse viés, que coloca os detentores do capital como protagonistas no planejamento e gestão de como se dão as relações online, deslocando cidadãos para a condição de meros consumidores. Esse projeto vem na esteira de novas percepções de uma internet mais cidadã, de espaço de convivência e colaboração mútua entre os atores sociais, como, por exemplo, a recente aprovação do Marco Civil na Internet: a comunicação como um direito humano.

Existe uma onda de pesquisadores, profissionais e cidadãos que buscam diariamente partir nesta direção. A educomunicação se apresenta como caminho possível para pensar ações de cidadania em meio ao esgotamento do diálogo e à escalada da intolerância.

7. Referências

APARICI, R.; OSUNA, S. Educomunicação e cultural digital. In: APARICI, R. (org.) **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CITELLI, A. **Comunicação e educação: a linguagem em movimento**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2004.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa Sobre o Uso das TIC's no Brasil: TIC Domicílios e Empresas 2011**. São Paulo: GCI.br, 2012. Coord. Alexandre F. Barbosa. Tradução. Karen Brito. Disponível em:

< <http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-domicilios-e-empresas-2012.pdf> > Acesso em 03 out. 14.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MAFFESOLI, M. **O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade**. Porto Alegre, Sulina, 2006.

MARTÍN-BARBERO, J. Cidade Virtual: Novos Cenários da Comunicação. **Revista Comunicação & Educação** no 11. São Paulo: Moderna, 1998, p.53-67.

MELLO, L.F ; VIANA, C.E. **Cultura digital e a Educomunicação como novo paradigma educacional**. Revista FGV Online, pg. 47 a 58: São Paulo, 2013. Disponível em <<http://sv.www5.fgv.br/fgvonline/revista/home.aspx?pub=1&edicao=6>> Acesso em 07 maio 2014.

PARISER, E. **The Filter Bubble: What the Internet is Hiding from You**. Nova York: The Penguin Press, 2011.

PRIMO, A. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SARTORI, A.S ; PRADO SOARES, M.S. **Concepção Dialógica e as NTIC: A Educomunicação e os Ecossistemas Comunicativos**. Disponível em <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/86.pdf>> Acesso em 02 ago. 2014.

SOARES, I. O. **Educomunicação: O Conceito, o Profissional, a Aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

MALINI, F.. **Facebook: um mapa das redes de ódio**. Vitória: Carta Capital, 2014. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/facebook-um-mapa-das-redes-de-odio-327.html> Acesso em 15/07/2014> Acesso em 10 nov. 2014.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pesquisa Brasileira de Mídia: Hábitos de Consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>> Acesso em 10 abr 2015.

TAPSCOTT, D. **A hora da geração digital**. Rio de Janeiro: Agir, 2010.